

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, "Banco de Investimento", relativas aos semestres findo em 30 de junho de 2018 e 2017.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o semestre em 30 de junho de 2018 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.060.524 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 34.589 mil

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco, garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos

• gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em

- termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;

 posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas; práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios: tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos, assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e o nível pré-estabelecidos.

Em 23 de Fevereiro de 2017 foi emitida a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de Em 23 de Fevereiro de 2017 foi emitida a Hesolução CMN 4.55/7/7 (que dispoe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições inanceiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações propostas pela resolução dizem respeito a gestão integrada de riscos, a estrutura de governança e a declaração de apetite ao risco. As mudanças introduzidas não impactam significativamente o HSBC Brasil já que na vasta maioria os requerimentos são similares a de outras geografías a que o Grupo HSBC já estava exposto e, portanto, já estavam incorporados à política interna.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os A Primeira Linna e a proprietaria dos riscos e responsavel por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
 A Segunda Linha determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido.
 A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBc, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram Boc, acarantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

controle interno foram projetados e operam de forma eficaz. Padrões Globais

Imobilizado de uso

Ativos Intangíveis

Intangível

Outras imobilizações de uso

(Depreciações Acumuladas)

(Amortizações Acumuladas)

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais baseados nos mais altos e eficazes padrões de compliance contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões são através dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores consistem em estarmos abertos a diferentes idéias, culturas e valores, estarmos conectados aos nossos clientes, comunidade e reguladores, e em sermos confiáveis, defendendo o que é certo e cumprindo com nossos compromissos.

Nosso propósito é estar onde o crescimento está, possibilitando os negócios prosperarem e as economias crescerem, com o objetivo final de ajudar as pessoas e empresas a atingirem suas expectativas e ambições. Adicionalmente, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais conectados e complexos e como ameaças ao contector forma sinanceiros. sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões globais e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossa presença global, tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e comprometemo-nos a adotar e aplicar os mais elevados e eficazes padrões de compliance contra

crimes financeiros em todo o HSBC. Continuamos a reforçar tanto o status como a importância de compliance e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacitações globais, através da comunicação, treinamento e programas para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como

nós avaliamos e recompensamos todos os que compõe a organização.

Relatório da Administração

Padrões Globais permitem-nos:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
 Tornar consistente e, portanto, simplificar as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC tem reforçado ainda mais a estrutura da área de Compliance e vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. De modo a gerirmos o risco do crime financeiro, constantemente aprimoramos o conhecimento sobre o nossos clientes e fortalecemos o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o respeito às sanções e o combate ao suborno e corrupção.

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conforme as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites preestabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria. O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do risco de crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter o seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso gene de expañzação. o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento. De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de Negócios.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo grupo HSBC.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de compliance, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de Stembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, orgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram realizados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de Julho de 2012), bem como às normas complementraes estabelecidas pelo COAF e BACEN, incluindo a Circular nº 3.461 de 24 de Julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pela Diretora de Prevenção aos Crimes Financeiros com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em 2010, o HSBC Bank USA ("HBUS") acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC (Office of the Comptroller of the Currency) e o controlador indireto da companhia, a HSBC North America Holdings ("HNAH"), acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board ou FRB). Em 2012, o HBUS adicionalmente acatou uma ordem sobre um programa de compliance abrangente ("Ordem" no singular e "Ordens" no conjunto) com o OCC. Essas Ordens exigiram melhorías com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de compliance nos negócios americanos do HSBC, incluindo vários assuntos relacionados à compliance com a Lei de Sigilo Bancário (Bank Secrecy Act) ("BSA"), e o combate à lavagem de dinheiro ("AML"). Em 2012, uma ordem de cessação adicional foi imposta pelo OCC exigindo que o HBUS corrigisse as circunstâncias apontadas no relatório do OCC e impôs restrições ao HBUS para a aquisição de controle ou participação em qualquer nova subsidiária financeira, ou também para iniciar qualquer atividade nova em sua subsidiária financeira existente, sem aprovação prévia do OCC.

Em Junho de 2018, o OCC revogou a ordem de cessação de 2010 e a ordem de cessação de 2012 sobre o programa abrangente de compliance após determinar que o HBUS cumpriu com os requerimentos das respectivas ordens. A ordem de cessação de 2010 celebrada com o FRB e a ordem de cessação adeloinal de 2012 celebrada com o OCC continuam em aberto.

Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, a HNAH e o HBUS celebraram acordos de ajuste de conduta Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, a HNAH e o HBUS celebraram acordos de ajuste de conduta com agências regulatórias e governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação ao uso de políticas inadequadas de compliance quanto a normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (Bank Secrecy Act) ("BSA"), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financiros - ou sanções (Sanctions Law). Dentre os acordos celebrados, o HSBC Holdings e o HBUS celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "AML DPA"); e o HSBC Holdings acatou uma ordem de cessação, e o HSBC Holdings e HNAH acataram a aplicação de uma multa pecuniária civil pelo Conselho do Banco Central (Federal Reserve Board) ("FBS"). O HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas

envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC e um termo de responsabilidade com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority - "FCA"*) para cumprir com certas obrigações futuras relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o HSBC Bank USA acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo FinCen (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária com o OCC.

força destes acordos, o HSBC Holdings e o HBUS realizaram pagamentos totalizando US\$ 1,9 bilhões às autoridades norte-americanas, e assumiram várias obrigações adicionais, incluindo, dentre outras, a manutenção de um monitor de *complianc*e independente (que é, para fins do FCA, uma 'pessoa qualificada' de acordo com a a seção 166 do Financial Services and Markets Act) para elaborar avaliações anuais do programa de compliance de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o 'Monitor'). Por força da ordem de cessação e desistência imposta pelo FRB em 2012, o Monitor também atua como consultor independente para conduzir avaliações anuais. Em Fevereiro de 2018, o Monitor entregou o seu quarto relatório de revisão.

Por meio de suas revisões em cada país, o Monitor identificou potenciais problemas de AML que o HSBC está revisando em maiores detalhes com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, FRB e/ou FCA. Em particular, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos está investigando a condução do HSBC em relação a contas de um cliente corporativo. Adicionalmente, o FinCen e a Divisão Civil do Juizo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste de Nova lorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em certos pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do HSBC. Desde 2012 o FCA também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do HSBC Bank plc com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido. O HSBC está cooperando com todas essas investigações.

Em Dezembro de 2017, o AML DPA expirou e as ações penais postergadas pelo AML DPA foram encerradas. O Monitor continuará a trabalhar em sua capacidade como uma pessoa qualificad consultor independente por um período de tempo por opção do FCA e FRB.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arguindo ou questionando, entre outras coisas, as políticas de compliance do Grupo HSBC e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento das leis de siglio bancário aplicaveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HNAH e HSBC USA Inc. ("Grupo HSBC") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os individuos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao AML DPA. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

cereiru o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propôs ação indenizatória em face do HSBC Holdings e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário. Os Autores buscam indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões. Alegam que os Réus violaram precedentes legais e a legislação estatuária ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária, HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento da BSA, AML, sanções e outras leis. Em Setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontario retirou as ações contra o HSBC Holdings e sex-funcionários por falta de jurisdição, e manteve a ação de falsa declaração contra o HSBC Holdings por incompetência do Fórum. Em Outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelação de Ontario, e em Julho de 2018 a apelação foi julgada improcedente.

Improcedente.

Desde novembro de 2014, algumas ações foram propostas perante Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do HSBC e outras partes cujos autores são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio ou da violência do cartel do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram uma conduta ilegal de vários grupos sancionados em violação a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Quatro ações estão pendentes de julgamento no Juízo Distrital Federal de Nova lorque e uma ação está pendente de julgamento no Juízo Distrital Federal da Flórida. Em Julho de 2018, em um caso, o Juízo Distrital de Nova lorque acatou um pedido de arquivamento do HSBC, enquanto que em outro caso, o magistrado emitiu uma recomendação que o Juízo Distrital de Nova lorque deveria negar o pedido de arquivamento do réu. Pedidos de arquivamento continuam pendentes nos outros dois casos do Juízo Distrital de Nova lorque. O Juízo Federal da Flórida também rejeitou o caso submetido a esse Juízo em Julho de 2018, porém concedeu ao autor a possibilidade de ingressar com uma petição inicial modificada. Em Julho de 2018 uma ação foi proposta contra o HSBC Holdings na Corte Superior da Inglaterra e País de Gales alegando que o HSBC Holdings fez declarações inverídicas e/ou enganosas e/ ou omissões em declarações públicas entre 2007 e 2012 em relação à conformidade do Grupo HSBC com as leis e regulamentações relacionadas ao combate à lavagem de dinheiro (AML), não

financiamento ao terrorismo e sanções , e em relação à conformidade regulatória do Grùpo HSBC Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado dos mencionados casos, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Investigações e Contencioso Relacionados ao Mercado de Câmbio

Vários reguladores, autoridades de proteção à concorrência e agências governamentais ao redor do mundo, incluindo na União Europeia, Brasil, Coréia do Sul e África do Sul, estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e outras instituições. O HSBC está cooperando com essas investigações e revisões.

Em Janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com duração de 3 anos com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o 'FX DPA'), em relação à conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Isso concluiu a investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre certas atividades históricas do HSBC no mercado de câmbio. Conforme os termos do FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações incluindo cooperação contínua com autoridades e aimplementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no se negócio de Global Markets, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

Demonstrações Financeiras

A Diretoria revisou em agosto de 2018 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 30 de junho de 2018, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 21 de agosto de 2018 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

São Paulo, 21 de agosto de 2018 A Diretoria

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017 **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

2018

406.696

Nota

2017

53.177

1.798.087 1.283.210

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante	1	1.163.650	375.315
Disponibilidades		10.614	13.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	471.536	134.120
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		471.536	134.120
Títulos e valores mobiliários e instrumentos			
financeiros derivativos	5	501.619	209.157
Livres		138.709	16.950
Vinculados a Prestação de Garantias		272.727	174.730
Instrumentos financeiros derivativos		90.183	17.477
Outros créditos - Diversos		179.507	18.613
Carteira de câmbio	6	122.100	-
Negociação e intermediação de valores		17.347	869
Diversos	7	40.060	17.744
Outros valores e hens - Desnesas antecinadas		374	80

Outros créditos - Diversos		179.507	18.613
			18.613
Carteira de câmbio	6	122.100	-
Negociação e intermediação de valores		17.347	869
Diversos	7	40.060	17.744
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		374	80
Realizável a longo prazo		624.140	898.991
Títulos e valores mobiliários e instrumentos			
financeiros derivativos	5	575.654	859.509
Carteira própria		379.301	555.110
Vinculados à Prestação de Garantias		123.440	303.152
Instrumentos financeiros derivativos		72.913	1.247
Outros créditos - Diversos	7	48.486	37.383
Permanente		10.297	11.003
Investimentos - obras de arte		10	10

10.614	13.345	Depós
471.536	134.120	Instru
471.536	134.120	
		Outra
		Cob
	209.157	Carl
138.709	16.950	Soc
	174.730	Fisc
90.183	17.477	Neg
		Dive
	18.613	
122.100	-	Exigív
17.347	869	
40.060	17.744	Instru
374	80	Outra
		Fisc
624.140	898.991	Dive
		Patrin
575.654	859.509	Сар
379.301	555.110	Res
123.440	303.152	Ajus
72.913	1.247	
48.486	37.383	
10.297	11.003	
10	10	
9.650	10.706	
13.944	13.071	
(4.294)	(2.365)	
		1

Circulante

Circulante		406.696	53.177
Depósitos Interfinanceiros	11	-	11.339
Instrumentos financeiros derivativos		194.426	1.104
Outras obrigações		212.270	40.734
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3	-
Carteira de Câmbio	6	121.156	-
Sociais e estatutárias		1.026	857
Fiscais e previdenciárias	10	50.412	16.352
Negociação e intermediação de valores		7.252	1.381
Diversas	7	32.421	22.144
Exigível a longo prazo		330.867	127.801
Instrumentos financeiros derivativos		253.641	49.581
Outras obrigações		77.226	78.220
Fiscais e previdenciárias	10	56.819	58.961
Diversas	7	20.407	19.259
Patrimônio líquido	1	1.060.524	1.102.232
Capital social - De domiciliados no País	13	919.248	919.248
Reservas de lucros		105.266	131.233
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e valores mobiliários	5	36.010	51.751

637

843

(206)

1.798.087 1.283.210

287

411 (124)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Reservas de lucros						
	Capital social realizado	Legal	Estatutária	Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	919.248	20.436	69.532	44.313	-	1.053.529	
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários Lucro líquido do semestre Destinações propostas pela Diretoria:	- -	-	-	7.438 -	41.265	7.438 41.265 -	
Reservas de lucros Saldos em 30 de junho de 2017	919,248	2.063 22.499	39.202 108.734	- 51.751	(41.265)	1.102.232	
Mutações do semestre	919.240	2.063	39.202	7.438	-	48.703	
mutações do semestre	-	2.063	39.202	7.436	-	48.703	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	919.248	25.085	45.592	50.609	-	1.040.534	
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos Lucro líquido do semestre Destinações propostas pela Diretoria:		-	-	(14.599) -	34.589	(14.599) 34.589	
Reservas de lucros	-	1.729	32.860	-	(34.589)	-	
Saldos em 30 de junho de 2018	919.248	26.814	78.452	36.010	-	1.060.524	
Mutações do semestre	-	1.729	32.860	(14.599)	-	19.990	

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		106.443	101.122
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários Resultado com instrumentos financeiros derivativos Resultado de operações de cambio		66.415 27.181 12.847	71.039 29.634 449
Despesas da intermediação financeira		-	(517
Operações de captação no mercado		-	(517)
Resultado bruto da intermediação financeira		106.443	100.605
Outras receitas (despesas) operacionais		(38.682)	(27.554)
Receitas de prestação de serviços Despesas de pessoal Outras despesas administrativas Despesas tributárias Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	14 15 17 18 19	29.679 (44.823) (15.512) (8.194) 2.642 (2.474)	21.674 (32.908) (12.163) (4.254) 1.038 (941)
Resultado operacional		67.761	73.051
Resultado antes da tributação sobre o lucro		67.761	73.051
mposto de renda e contribuição social	20	(32.186)	(30.511)
Corrente Diferido		(48.040) 15.854	(16.864) (13.647)
Participações no lucro		(986)	(1.275
ucro líquido do semestre		34.589	41.265
ote de mil ações do capital		882.859	882.859
ucro líquido por lote de mil ações - R\$		39,18	46,74

Lote de mil açoes do capital Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		882.859 39,18	882.859 46,74					
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA								
<u> </u>	Nota	2018	2017					
Fluxo de caixa das atividades operacionais:								
Lucro líquido do semestre		34.589	41.265					
Ajustes ao lucro líquido:								
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos Depreciação e amortização do imobilizado de uso Provisão para passivos contingentes	21.b	(15.854) 1.024 93	13.647 937 186					
Lucro líquido do semestre ajustado		19.852	56.035					
Variação de ativos e passivos:								
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos (Aumento) em outros créditos (Aumento) em outros valores e bens Aumento em depósitos Aumento (redução) em outras obrigações		395.535 (136.846) (290) - 139.426	(102.675) (24.499) (13) 8.642 (40.713)					
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais		417.677	(103.223)					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:								
Aquisição de imobilizado de uso Intangivel		(380) (432)	(390)					
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(812)	(390)					
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		416.865	(103.613)					
Saldo de caixa e equivalentes de caixa Início do semestre Fim do semestre	22.b	65.285 482.150	251.078 147.465					

DEMONSTRAÇÕES DO VAI	OR ADICIO	NADO)	
Composição do valor adicionado	2018	%	2017	%
Receitas Intermediação financeira Receitas de prestação de serviços Outras	66.415 29.679 42.670		71.039 21.674 31.121	
Total	138.764		123.834	
2 - Despesas da intermediação financeira Operações de captação no mercado	-		(517)	
Total	-		(517)	
Insumos adquiridos de terceiros Despesas de serviços técnicos especializados Outras despesas administrativas Outras despesas operacionais	(1.383) (14.129) (2.474)		(2.772) (9.391) (941)	
Total	(17.986)		(13.104)	
4 - Valor adicionado total a distribuir (1 + 2 + 3)	120.778		110.213	
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho Remuneração direta Benefícios Outros	45.809 30.365 1.607 13.837		22.211 1.080	31,02 20,16 0,98 9,88
Impostos, taxas e contribuições Federais Estaduais Municipais	40.380 40.076 - 303	33,43 33,18 0,25	34.765 34.684 12 69	31,54 31,47 0,01 0,06
Lucros retidos	34.589	28,64	41.265	37,44
Total	120.778	100,00	110.213	100,00

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

416.865 (103.613)



www.hsbc.com.br

residual

637

(206)

Aquisições Baixas no período

residual

30/06/2017

2017

% Participação

Em milhares de reais

1. Contexto operaciona

O HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, omerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pela Diretoria em 21 de agosto de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de

e. Anlicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

Títulos disponíveis para venda -são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

q. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

h. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015 e à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e junho de 2018, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superio ao permitido pela legislação existente

i. Depósitos interfinanceiros

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras

k. Imobilizado de uso

I. Intangível

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens; equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas

m. Pagamento baseado em ações

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

2018					
Até 3	De 3 meses	Acima			
meses	a 1 ano	de 1 ano	Total	Total	
471.536	-	-	471.536	134.120	
471.536	-	-	471.536	134.120	
			471.536	134.120	
	meses 471.536	Até 3 De 3 meses a 1 ano 471.536 -	Até 3 meses De 3 meses a 1 ano Acima de 1 ano 471.536 - -	Até 3 meses De 3 meses a 1 ano Acima de 1 ano Total 471.536 - - 471.536 471.536 - - 471.536	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos disponíveis para a venda

Em 30 de junho de 2018, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo: 2018

Valor de Efeito no

	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	custo atualizado	patrimônio líquido	Valor de mercado	patrimônio líquido	
Letras financeiras do Tesouro Letras do tesouro	-	-	3.352	3.352	3.353	(1)	3.121	(2)	
nacional	411.436	126.821	-	538.257	517.259	20.998	679.134	42.776	
Notas do tesouro nacional - F	-	372.568	-	372.568	328.093	44.475	367.687	51.319	
Total	411.436	499.389	3.352	914.177	848.705	65.472	1.049.942	94.093	
Circulante Longo Prazo				411.436 502.741			191.680 858.262		
Efeitos tributários						(29.462)		(42.342)	
Total						36.010		51.751	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de precos. modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender as necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2018 e 2017 estava apresentada como segue:

		2018		2017		2018		2017	
		Longo				Longo			
	Circulante	prazo	Total	Total	Circulante	Prazo	Total	Total	
Swaps	-	10.866	10.866	18.581	186.090	253.641	439.731	50.505	
NDF	90.183	62.047	152.230	143	8.336	-	8.336	180	
Futuros (*)	17.347	-	17.347	869	7.248	-	7.248	1.381	
Total	107.530	72.913	180.443	19.593	201.674	253.641	455.315	52.066	

(*) Classificados em "negociação e intermediação de valores."

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composto por títulos públicos federais no montante de R\$ 365.134 (R\$ 477.882 em

	2018							
		Ajuste a						
		\	Vencimento				valor de mercado	
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Efeito no resultado	Valor de mercado
Swaps Posição ativa DI	325.080	-		10.866	10.866	7.030	3.836	18.581
Posição passiva USD	3.493.314	177.714	8.376	253.641	439.731	443.811	(4.080)	50.505
NDF Posição ativa USD	1.301.170	7.857	82.326	62.047	152.230	154.387	(2.157)	143
Posição passiva USD	239.060	2.352	5.984	-	8.336	8.097	239	180
Futuros Posição ativa DI								
Compra Moeda Estrangeira	595.900	527	-	-	527	-	527	533
Compra Venda	3.587.125	16.820 -	-	-	16.820	-	16.820 -	334 2
Posição passiva DI								
Compra Venda Moeda Estrangeira	965.862 572.264	22 2.424	-	-	22 2.424	-	22 2.424	-
Compra Venda	1.355.406	- 4.802	-	-	4.802	-	4.802	1.139 241

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	Valor de referência			
		2018		2017
		Instituições		
Descrição	Clientes	financeiras	Total	Total
Swaps	3.668.194	150.200	3.818.394	2.339.756
NDFs	1.540.230	-	1.540.230	296.595
Contratos de futuros (*)	-	7.076.557	7.076.557	3.445.812
Total	5.208.424	7.226.757	12.435.181	6.082.163

B3

Valor de referência

Cetip

2017

Total

121.156

121.156

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

Descrição

Circulante

Swaps NDFs Contratos de futuros	7.076.557	3.818.394 1.540.230	1.540.230	2.339.756 296.595 3.445.812
Total	7.076.557	5.358.624	12.435.181	6.082.163
6. Carteira de câmbio			2018	2017
Outros créditos Câmbio comprado a liquidar Direitos sobre venda de câmbio			71.955 50.145	-
Total			122.100	-
Circulante			122.100	-
Outras obrigações Obrigações por compra de câmbio Câmbio vendido a liquidar			71.038 50.118	-

7. Outros créditos e outras obrigações - Diversos

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir

	2018	В	2017	
	Circulante	Longo	Circulante	Longo
	<u> </u>	pruzo	Olloulullo	pruzo
Outros créditos				
Adiantamento e antecipação salarial	1.170	-	1.023	-
Créditos tributários (Nota 20.c)	24.283	27.641	2.099	15.886
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	20.786	-	21.042
Imposto de renda a compensar e a recuperar	7.027	-	1.758	-
Valores a receber de sociedades ligadas	6.442	-	12.795	-
Outros	1.138	59	69	455
Total	40.060	48.486	17.744	37.383
Outras obrigações				
Provisão para pagamentos a efetuar (**)	29.770	11.473	20.717	10.583
Provisão para passivos contingentes (Nota 21.a)	-	8.934	-	8.676
Obrigações com sociedades ligadas	1.388	-	-	-
Outras	1.263	-	1.427	-
Total	32.421	20.407	22,144	19.259

(*) O Banco de Investimento mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cuias provisões estão apresentadas na nota explicativa 21

(**) Refere-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.

8. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por:

Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
10%	8.068	(1.880)	6.188	6.730
10%	4.661	(1.913)	2.748	3.301
20%	1.215	(501)	714	675
	13.944	(4.294)	9.650	10.706
	10% 10%	anual Custo 10% 8.068 10% 4.661 20% 1.215	anual Custo Depreciação 10% 8.068 (1.880) 10% 4.661 (1.913) 20% 1.215 (501)	anual Custo Depreciação residual 10% 8.068 (1.880) 6.188 10% 4.661 (1.913) 2.748 20% 1.215 (501) 714

Taxa anual

20%

843

Softwares adquiridos de terceiros

a) Os ativos intangíveis são compostos por:

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

				2018	
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortizações no período	Saldo em 30/06/2018
Softwares adquiridos de terceiros	246	432	-	(41)	637
				2017	

328

31/12/2016

Softwares adquiridos de terceiros 10. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão demonstradas a seguir:

	2018		2017		2017		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo				
Provisão para tributos diferidos (Nota 20.c)	-	56.819	-	58.961				
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	40.526	-	11.413	-				
Impostos e contribuições a recolher	9.886	-	4.939	-				
Total	50.412	56.819	16.352	58.961				

11. Depósitos interfinanceiros

O Banco de Investimento possuía R\$ 0 em depósitos interfinanceiros no dia 30 de junho de 2018 (R\$ 11.339 em 30 de junho de 2017).

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando disponível e aplicável, vigentes nas datas das operações.

2018

	Maior saldo do período	Saldo em 30/06/2018	Maior saldo do período	Saldo em 30/06/2017
Ativos				
Disponibilidades	21.382	10.418	13.933	13.177
Valores a receber de sociedades ligadas	14.686	6.442	12.795	12.795
Total	36.068	16.860	26.728	25.792
Passivos				
Obrigações com sociedades ligadas	1.388	1.388	-	-
Total	1.388	1.388	-	-
Receitas				
Receita de prestação de serviços	-	29.679	-	21.674
Total	-	29.679	-	21.674
Despesas				
Outras despesas	-	(2.498)	-	-
Total	-	(2.498)	-	-

O Banco de Investimento tem o seguinte acionista

Empresas	2018	2017
HSBC Brasil Holding S.A.	100	100
Total	100	100
a. Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Os montentes referentes à remuneração de nesseal above de Admin	latracão cotão	anvacantadass

2010

	2010	2017	
Benefícios de curto prazo (*)	4.138	4.277	
Benefícios pós-emprego	106	76	
Remuneração baseada em ações	1.102	1.019	
Total	5.346	5.372	

(*) Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do período, bem como pela remuneração variável, provisionada no ano base e paga no ano corrente

13. Capital social, reservas e dividendos

Reserva Legal e R\$ 32.860 para Reserva Estatutária

O capital social está representado por 882 859 318 acões ordinárias e nominativas (882 859 318

No primeiro semestre de 2017, do lucro líquido de R\$ 41.265 foram destinados R\$ 2.063 para Reserva Legal e R\$ 39,202 para Reserva Estatutária.

Do lucro líquido do semestre de 2018 no montante de R\$ 34.589 foram destinados R\$ 1.729 para

A Reserva Estatutária visa a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco de Investimento.

14. Receita de prestação de serviços

O saldo de R\$ 29.679 em 30 de junho de 2018 (R\$ 21.674 em 2017) corresponde à prestação de serviços a empresas do Grupo HSBC localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e servicos de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado. O maior saldo corresponde a serviços prestados ao HSBC Bank USA no montante de R\$ 15.110 (R\$ 17.128 em 2017).

15. Despesas de pessoa

	2018	2017
Despesas de pessoal - Proventos	(29.207)	(20.799)
Despesas de pessoal - Encargos Sociais	(13.767)	(10.877)
Despesas de pessoal - Benefícios	(1.607)	(1.080)
Despesas de pessoal - Treinamento	(70)	(14)
Despesas de remuneração de estagiários	(172)	(138)
Total	(44.823)	(32.908)

16. Pagamento baseado em ações

Durante o ano de 2018 foi reconhecido R\$ 2.099 em Despesa de Pessoal no Banco de Investimento em relação às transações de pagamentos baseados em ações (R\$ 2,233 em 2017). Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do Banco de Investimento em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do HSBC Holdings plc.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do Grupo HSBC e geralmente tornam-se em direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados no Grupo HSBC no período.

Em 1° de Janeiro	270.213	333.815
Concedidas no período	101.542	151.994
Liberadas no período	(80.999)	(136.398)
Em 30 de Junho	290.756	349.411
A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em açõe	es, concedidos p	elo Banco de

Investimento em 2018, foi de R\$ 35.96 (R\$ 25.04 em 2017). O passivo constituído referente à transações de pagamentos baseados em ações foi de R\$ 7.727

Prêmios em opções de ações

(R\$ 7.392 em 2017).

Não houve despesa com prêmios em opcões de acões no Banco de Investimento em 2018 e 2017.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

2018

2017

Em milhares de reais

HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

17. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue

	2018	2017
Processamento de dados	(6.436)	(3.252)
Serviços do sistema financeiro	(1.644)	(770)
Serviços técnicos especializados	(1.383)	(2.772)
Despesa de depreciação e amortização	(1.024)	(937)
Aluguel do escritório	(891)	(980)
Despesas com viagens	(859)	(217)
Manutenção hardware	(634)	(648)
Prêmios de seguros	(412)	-
Manutenção predial	(405)	(862)
Condominio	(396)	(234)
Despesas de comunicações	(327)	(265)
Publicações	(181)	(138)
Promoções e relações públicas	(116)	(249)
Serviços de terceiros	(88)	(85)
Material	(50)	(52)
Emolumentos e gastos legais	(5)	(5)
Propaganda e publicidade	(3)	(2)
Outras	(658)	(695)
Total	(15.512)	(12.163)
18. Despesas Tributárias		

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2018	2017
Despesas de contribuição ao COFINS Despesas de contribuição ao PIS/PASEP Outras despesas tributárias	(6.730) (1.097) (367)	(3.495) (601) (158)
Total	(8.194)	(4.254)

19. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte

ioina.		
	2018	2017
Outras receitas Reversão de provisões operacionais Atualização monetária de depósitos judiciais Outras	2.162 308 172	476 479 83
Total	2.642	1.038
Outras despesas Variação monetária sobre impostos Variação cambial Outros	(2.364) (110)	(744) - (197)
Total	(2.474)	(941)
20. Imposto de renda e contribuição social		

a. Encargos devidos sobre as operações do semestre

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as o

dos períodos:	ites sobie as	3 operações	
	2018	2017	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	66.775	71.776	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*) (Adições)/exclusões permanentes Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda Outros ajustes	(30.049) (329) 173 (1.981)	(32.299) (37) 120 1.705	
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do semestre	(32.186)	(30.511)	

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social			
	2018	2017	
Impostos correntes Imposto de renda e contribuição social devidos	(48.040)	(16.864)	
Impostos diferidos Constituição no exercício, sobre adições temporárias	15.854	(13.647)	

Constituição no exercicio, sobre adições temporanas		10.004	(10.047)	
Total		(32.186)	(30.511)	
c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos				
	Saldos em 31/12/2017	Constituição (realização) líquida	Saldos em 30/06/2018	
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Provisão para contingências fiscais Gratificações e participações no resultado Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	2.154 12.941 14.771	44 (1.632) 20.975	2.198 11.309 35.746	
Provisão para honorários advocatícios Outras	522 2.117	(37) 69	485 2.186	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	32.505	19.419	51.924	
Total dos créditos tributários ativos	32.505	19.419	51.924	
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda Ajuste a valor de mercado de instrumentos	(41.408)	11.945	(29.463)	
financeiros derivativos	(23.791)	(3.565)	(27.356)	
Total dos créditos tributários passivos	(65.199)	8.380	(56.819)	
Créditos tributários líquidos	(32.694)	27.799	(4.895)	
	Saldos em 31/12/2016	Constituição (realização) líquida	Saldos em 30/06/2017	
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Provisão para contingências fiscais Gratificações e participações no resultado Ajuste a valor de mercado de instrumentos	1.994 12.610	95 (4.312)	2.089 8.298	
financeiros derivativos Provisão para honorários advocatícios Outras	2.842 542 156	2.849 (26) 1.234	5.691 516 1.390	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.144	(160)	17.984	
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	2	(1)	1	
Total dos créditos tributários ativos	18.146	(161)	17.985	
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda Ajuste a valor de mercado de instrumentos	(36.259)	(6.084) (13.487)	(42.343) (16.618)	
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(3.131)	(13.487)	(16.618)	
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda Ajuste a valor de mercado de instrumentos	(, , , , ,	,	, , ,	

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferencas temporárias e base negativa de contribuição socia

		2017		
	Diferenças Ter	nporárias	Total	Total
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social		
2017	-		-	2.099
2018	4.946	2.967	7.913	8.114
2019	10.231	6.139	16.370	2.896
2020	6.078	3.647	9.725	3.358
2021	3.714	2.229	5.943	627
2022	3.240	1.944	5.184	165
2023	2.012	1.207	3.219	165
2024	624	375	999	139
2025	674	404	1.078	219
2026	622	373	995	203
2027	311	187	498	
Total	32.452	19.472	51.924	17.985

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 6,88% à 12,03% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 40.777 de diferenças temporárias.

a. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2018 e 2017.

21. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e fiscais.

Contingências fiscais: processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais

As provisões para contingências estão representadas por:

	2018	2017
Fiscais (Nota 7)	8.934	8.676
Total	8.934	8.676

b. Movimentação das provisões

			2018		
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo em 30/06/2018
Fiscais	8.841	111	-	(18)	8.934
Total	8.841	111	-	(18)	8.934
			2017		
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo em 30/06/2017
Fiscais	8.490	239	-	(53)	8.676
Total	8.490	239	-	(53)	8.676

c. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 20.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2018	2017
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da aliquota (*)	8.749	8.497
Total	8.749	8.497

(*) O montante de R\$ 8.749 (R\$ 8.497 em 2017) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 39.450 (R\$ 30.395 em 2017).

22. Outras informações

a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas poster

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por

	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 30/06/2017
Disponibilidades Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.614 471.536	11.533 53.752	13.345 134.120
Total de caixa e equivalentes de caixa	482.150	65.285	147.465

A Diretoria

Sergio Luiz Rose - Contador CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria certificouse de que a PWC atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

sa data, bem como as correspo

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco de Investimento segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco de Investimento, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa

para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis

ndentes notas explicativas, incluindo o res

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o companhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da PWC é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

O Comitê se satisfez da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco de Investimento, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica nelos auditores internos. Adicionalmente os executivos responsáveis nelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, compliance, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98 e nº 3.198/04 e que o sistema de controles do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento é adequado à complexidade e riscos de seus negócios

São Paulo, agosto de 2018

Relatório do auditor independente

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado ou, de outra forma, apareima estar distorcido de noma felevante. Se, com pase no trabalho fealizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunica esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distrações controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distrações de demonstrações de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financ

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções pelevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



Emerson Laerte da Silva Contador CRC 1SP171089/O-3

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentação é oficial suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria supiementar para fins do banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria de executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas emconjunto.